

**Direitos humanos e ativismo:  
uma análise da mídia independente Ponte Jornalismo**

***Derechos humanos y activismo:  
un análisis del medio independiente Ponte Jornalismo***

Heloisa dos SANTOS<sup>1</sup>  
Jorge SALHANI<sup>2</sup>

**Resumo**

Debruçando-se sobre os conceitos de mídia ativista, busca-se analisar as práticas jornalísticas da Ponte Jornalismo, publicação que aborda, especialmente, temas relacionados à segurança pública e aos direitos humanos. Por meio de uma análise de conteúdo de reportagens selecionadas, publicadas em fevereiro de 2019 na editoria *Direitos Humanos* - e subeditorias *Gênero* e *Racismo* -, foram investigados o uso de fontes, organização textual e as estratégias na defesa dos direitos humanos em conteúdos da Ponte. Os resultados indicam que a publicação tende a abordar temáticas a nível local, priorizando fontes da sociedade civil, e que seus conteúdos, de caráter principalmente interpretativo, propõem realizar reflexões e denúncias de questões urbanas concernentes à segurança pública e defesa dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Ativismo. Direitos humanos. Ponte Jornalismo. Segurança pública.

**Resumen**

En el ámbito de los conceptos del activismo mediático, se busca en este artículo analizar las prácticas periodísticas de la publicación Ponte Jornalismo, que aborda especialmente temas relacionados con la seguridad pública y los derechos humanos. A través de un análisis de contenido de materiales publicados en febrero de 2019 en la sección *Derechos Humanos* -y sub-secciones *Género* y *Racismo*- fueron investigados la utilización de fuentes, organización textual y las estrategias en la defensa de los derechos humanos. Los resultados indican que la publicación suele ahondar en temas a nivel local, priorizando fuentes de la sociedad civil, y que sus contenidos, de estilo principalmente interpretativo, proponen reflexiones y denuncias de cuestiones urbanas que conciernen a la seguridad pública y a la defensa de los derechos humanos.

**Palabras clave:** Activismo. Derechos humanos. Ponte Jornalismo. Seguridad pública.

---

<sup>1</sup> Mestra em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: helokenne@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: jssalhani@gmail.com

## Introdução

O jornalismo alternativo brasileiro enfrenta, desde a ditadura militar, a censura e a concentração de mídia, caracterizando-se pela cobertura de assuntos voltados a comunidades, grupos minoritários e temáticas que não estariam sendo adequadamente abordadas na grande imprensa (BONA; CARVALHO, 2015; PERUZZO, 2009; POSSEBON, 2011). Em meio a ataques à liberdade de imprensa (REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS, 2019), o jornalismo independente e ativista se destaca pela coragem de seus profissionais e pautas direcionadas à defesa dos direitos humanos.

O ano de 2019 começa com um novo governo executivo federal e uma reestruturação ministerial, proposta pelo presidente recém-eleito Jair Bolsonaro (PSL-RJ) por Medida Provisória e posteriormente confirmada pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 (BRASIL, 2019a), que reduz o número de pastas e distribui responsabilidades aos órgãos restantes. Com as mudanças, surgem os chamados “super ministros”, que têm atribuições dos ministérios extintos, como o ministro da Economia, Paulo Guedes, que opera, dentre outras, as pastas antes pertencentes ao Ministério do Trabalho, Fazenda, Planejamento e Indústria.

Nessa nova dinâmica, assume o Ministério da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro, que, até então, atuava como magistrado no Paraná e havia ganhado notoriedade nacional após as investigações da Operação Lava Jato e a condenação do ex-presidente Lula (PT) à prisão. Uma das primeiras propostas do novo ministro foi o Pacote Anticrime, que entraria em vigor, posteriormente, em 23 de janeiro de 2020<sup>3</sup>.

Esse conjunto de leis gerou uma série de críticas e fez parte dos protestos contra o governo nos meses seguintes. A principal motivação foi a redução de penalização de agentes de segurança que cometem homicídio durante suas atividades quando influenciados por “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”, conforme afirma o Projeto de Lei nº 1.864, de 2019 (BRASIL, 2019b).

Essa lei agrava a problemática dos excessos cometidos por policiais e soldados em operações nas favelas e periferias. O jornalismo independente e alternativo tem denunciado os abusos e crimes como invasão de casas de moradores sem mandato

---

<sup>3</sup> Ministério da Justiça e Segurança Pública. Pacote Anticrime entra em vigor. 24 jan. 2020. Acesso em 17 mar. 2020. Disponível em <https://www.novo.justica.gov.br/news/lei-anticrime-entra-em-vigor>.

judicial, agressões e homicídios. É o caso do Portal Geledés, Alma Negra, Agência Pública, The Intercept Brasil e Ponte Jornalismo.

Em conjunto a tensões políticas e ameaças à vida de ativistas e parlamentares eleitos - como o então deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), que deixou o país, e a vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), que foi assassinada em março de 2018 -, a cobertura de direitos humanos ganha ainda mais relevância e começa a fazer parte dos debates públicos. O jornalismo independente, graças a financiamentos privados e *crowdfunding*, passa a ocupar um lugar importante e de resistência.

Neste trabalho, tomamos como objeto o site Ponte Jornalismo, publicação que tem como foco temas relacionados à segurança pública e direitos humanos. Foram analisados 39 conteúdos do site, publicados nas editoria *Direitos Humanos* e suas subeditorias *Gênero* e *Raça*. Utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009) para sistematizar e categorizar os dados, utilizando como categorias os temas abordados pelos materiais, as fontes e os gêneros jornalísticos de Marques de Melo e Assis (2016). Os resultados foram analisados quantitativa e qualitativamente.

### **Jornalismo alternativo e direitos humanos**

O trabalho de Armand Mattelart (2009, p. 37) nos fornece uma acepção a respeito de como a comunicação midiática é arquitetada pelas estruturas de poderes simbólicos: segundo o autor, a apropriação dos meios de comunicação se dá através da formação de “monopólios do conhecimento”. Isto significa que, uma vez que estes meios detêm o poder do conhecimento, eles instrumentalizam a comunicação com o objetivo de manutenção do status quo do cenário comunicacional.

A segurança do controle midiático dificulta a participação de atores sociais plurais no processo de produção dos conteúdos de comunicação. Nesse sentido, Raddatz e Nasi (2017, p. 83) defendem que são demandas pela horizontalidade da comunicação a diversidade de expressão cultural e, também, a igualdade entre “informar-se e ser informado”.

Ao irem na contramão dos mencionados “monopólios do conhecimento”, esses princípios indicam que a presença de uma maior pluralidade na comunicação - tanto na produção de materiais quanto de imagens e representações - torna-se necessária para a compreensão das múltiplas realidades sociais e para que o direito à liberdade de opinião

e de expressão seja garantido a todas as pessoas, indistintamente, assim como prevê o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Pode ser notada como forma de minimizar a verticalização da comunicação a emergência de mídias cidadãs, que incluem iniciativas de comunicação comunitárias, associativas, livres e independentes. Delas participam novos atores sociopolíticos que atuam como força de pressão, visando à reestruturação do sistema midiático (MATTELART, 2009). Como afirmam Nos Aldás, Seguí-Cosme e Rivas Machota (2008), a comunicação feita pelos veículos de grande abrangência dificulta a comunicação interpessoal e impossibilita a troca de informações entre emissores e receptores. Por outro lado, discursos alternativos, conforme aponta Nos Aldás (2010), favorecem a desconstrução da cultura de violência e, conseqüentemente, a criação de uma cultura de paz.

A comunicação ativista apresenta características de denúncia e comunitárias, uma vez que é ligada a grupos que demandam justiça social, por vezes esquecidos pelos grandes meios de comunicação. Downing (2002) observa que, em um mundo globalizado e urbanizado, as expressões culturais e formas de comunicação utilizadas por esses grupos minoritários desempenham um papel importante nas relações internas e imagem externa. Essas expressões são denominadas por Downing (2002) de mídia radical, o que engloba produções artísticas, literárias, intervenções nas mídias e criações midiáticas próprias.

A indissociabilidade entre o jornalismo e a cidadania, defendida por Kovach e Rosenstiel (2003), é abalada quando os processos comunicacionais se deparam com as lógicas de mercado e seus interesses. É nesse sentido que Marcondes Filho (1989) fala do jornalismo como um reflexo das grandes forças econômicas e sociais vigentes.

O que se entende por jornalismo alternativo surge no mesmo contexto que os próprios jornais comerciais, reunindo um amplo espectro de práticas, e que hoje abrange praticamente qualquer produção midiática não hegemônica (DOWNING, 2002; 2008). As práticas de jornalismo comunitário, alternativo e independente podem ser diferenciadas e especificadas de diversas formas, como apontam Peruzzo (2009) e Downing (2008), sobrepondo-se e interseccionando frequentemente.

As mídias alternativas têm em comum o objetivo de expressão e denúncia a fim de obter visibilidade: elas se desenvolvem em um processo que pode afetar e firmar as diretrizes internas de comunidades e movimentos sociais. Assim, suas produções

mediáticas são estratégias importantes para comunicar suas insatisfações e questões, que, em suas perspectivas, são negligenciadas pelos grandes veículos comerciais (DOWNING, 2002).

Para Becerra (2012, p. 72), estas iniciativas são essenciais para quebrar o “monopólio da palavra” e, de maneira mais ampla - e revisitando a concepção de Mattelart (2009) já exposta neste trabalho - o monopólio do conhecimento. Demanda-se, assim, por um jornalismo que cubra o não coberto.

Superado o otimismo inicial sobre o potencial da internet como revolução social e política, exposto principalmente por Manuel Castells (2013) e Pierre Lévy (1999), pode-se inferir que, ao mesmo tempo em que o ciberespaço reproduz desigualdades, ele também se consolida como um espaço de comunicação ativista. Como bem previu Downing (2002), a internet, tal como os demais formatos de mídia, seria dominada pelas iniciativas com mais recursos econômicos, ou seja, os mesmos que já têm o monopólio de outras plataformas.

Há tentativas consistentes de alçar o jornalismo sem fins lucrativos e com um padrão ético mais exigente a uma maior visibilidade. A internet facilitou a tarefa, de certa forma (BONA; CARVALHO, 2015; PENA, 2006). Combinado as facilidades para financiamento coletivo e fomento a novos modelos de negócio, o jornalismo alternativo esforça-se para crescer, apesar de muitas dificuldades (SILVA, 2018; RAMOS; SPINELLI, 2015).

Para Pena (2006), o jornalismo engajado seria a expressão real da ética jornalística, já que imporá ao jornalista um senso de necessidade de ir além da pauta proposta por seu jornal comercial e trabalhar pelo interesse público, sem reproduzir discriminações nem desigualdades. O jornalismo engajado ou ativista abandonaria a falsa objetividade e, ao assumir um discurso mais claro politicamente, contribuiria significativamente para a manutenção da liberdade de expressão e a promoção dos direitos humanos por meio da informação (PENA, 2006).

No presente trabalho, optamos por utilizar o termo “mídia ativista”, que é mais vinculado ao conceito de mídia radical de Downing (2002) e aos estudos de jornalismo ativista de Prudêncio (2006). A mídia ativista caracteriza-se por sua independência econômica, política e cultural, atuação como canal de expressão de grupos sociais minoritários e movimentos sociais, cooperação e organização não centralizada.

## A Ponte Jornalismo

Ponte Jornalismo é uma publicação com foco em segurança pública e direitos humanos (PONTE JORNALISMO, 2019). Para Laura Capriglione, uma das fundadoras da Ponte, em entrevista para o site Geledés, o tema da segurança pública é “o passaporte para o futuro do Brasil”<sup>4</sup> (GELEDÉS, 2014). A partir desta abordagem, a jornalista afirma que o site busca a consolidação do estado democrático de direito.

Infere-se que a iniciativa incorpora características do jornalismo ativista, uma vez que, propõe, como missão, “defender os direitos humanos” (PONTE, 2019), tem modelo financeiro independente, atua como um contraponto à cobertura da mídia tradicional, está ligado a movimentos sociais e tem modelo de produção colaborativa (BONA; CARVALHO, 2015; PERUZZO, 2009; POSSEBON, 2011). André Caramante, outro fundador da Ponte, afirmou, também para o site Geledés, que o canal parte do “princípio de que a voz de um cidadão comum deve ter a mesma importância do que a de um governo, qualquer governo” (GELEDÉS, 2014).

O caráter ativista da Ponte também pode ser observado no manifesto de lançamento do site, que reforça a sua independência editorial e o fato de seus jornalistas buscarem a transformação da violência direta e estrutural que privilegia uns em vez de outros. O texto afirma que o jornalismo da Ponte tem como objetivo “jogar luz sobre as trevas do preconceito, da mentira, do sensacionalismo e da ignorância” (GELEDÉS, 2014).

Uma característica latente da Ponte é o fato de ser um veículo nativo digital, agregando, inclusive, algumas tendências atuais para o jornalismo online, como a colaboração, formação de comunidade, financiamento coletivo, plataforma bem estruturada, segmentação de conteúdo e produções muito mais interpretativas e aprofundadas (BREINER, 2018). O site oferece recursos de denúncia de violência urbana para leitores e colaborações em geral, inclusive firmando parcerias com movimentos sociais, organizações da sociedade civil e ativistas individuais<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> A Ponte: Jornalistas lançam canal online sobre Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos. Geledés. Publicado em 17 de junho de 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ponte-jornalistas-lancam-canal-online-sobre-seguranca-publica-justica-e-direitos-humanos/>. Acesso em 17 fev. 2019.

<sup>5</sup> A lista completa de apoiadores pode ser consultada no link: <https://ponte.org/contact/apoiadores/>. Acesso em 17 fev. 2019.

A estrutura de funcionamento da Ponte é baseada em um modelo colaborativo. De acordo com Fausto Salvadori Filho, em entrevista para Marina Bitar (2016, p. 7), o jornalismo do veículo é realizado a partir da horizontalidade e do colaborativismo, o que pode ser percebido por a Ponte não trabalhar com o tradicional sistema hierárquico das redações, ou seja, “não existem editores, chefes ou patrões”.

O projeto contou com a ajuda da Agência Pública em algumas reportagens e para a sua fundação. Além de algumas negociações esporádicas com outros meios, os jornalistas perceberam que

valores agregados e possíveis monetizações começaram a aparecer a partir de várias frentes interessadas na temática segurança pública, justiça e direitos humanos como: apresentação de seminários, desenvolvimento e treinamento para projetos especiais que envolvem técnicas de pesquisa, apuração, levantamento de dados, relatórios, produção e distribuição de conteúdo especializado. O material produzido posteriormente também alimenta o site da Ponte (RAMOS; SPINELLI, 2015, p. 119)

A prática de ministrar eventos e cursos pagos é uma forma de atividade que tem crescido nas iniciativas de jornalismo independente e alternativo, como pode ser observado em estratégias da Agência Pública, Think Olga e Revista AzMina.

Em estudo sobre iniciativas de jornalismo alternativo brasileiras, Silva (2018) investigou com os organizadores da Ponte o modelo de financiamento por *crowdfunding* e remunerações inconstantes aos jornalistas, muitas vezes via prestação de serviços. As contribuições via financiamento coletivo podem ser feitas com cartão de crédito a partir de investimentos de R\$5,00 pelo site Catarse, plataforma específica para essas causas. A Ponte ainda oferece a opção de depósitos bancários. O dinheiro arrecadado é usado para manutenção do site e remuneração dos jornalistas, segundo as informações disponibilizadas pela iniciativa.

De acordo com a plataforma Catarse, a meta orçamentária era R\$16.000,00, o que garantiria serviços de finanças, defesas judiciais, hospedagem e servidor. O restante seria direcionado ao pagamento dos jornalistas e colaboradores. No dia 17 de fevereiro de 2019, a iniciativa havia recebido R\$6.461,00, cobrindo cerca de 40% da meta mensal.

## Metodologia

Para identificar como a questão de direitos humanos é abordada pela Ponte Jornalismo, utilizamos o método de Análise de Conteúdo, proposto por Laurence Bardin (2009), que prevê o trabalho analítico em etapas: pré-análise, coleta, categorização e interpretação. Essa forma de trabalho é apropriada para grandes quantidades de material e pode ser combinada com análise qualitativa, quando necessário aprofundamento.

Na fase de pré-análise, foi realizada uma leitura flutuante com o intuito de fazer uma primeira filtragem do material disponível no site, considerando quais conteúdos eram adequados para uma análise mais aprofundada. Foram contabilizados todos os conteúdos da editoria *Direitos Humanos*, incluindo suas subcategorias *Gênero* e *Racismo*, disponíveis no site no dia 19 de fevereiro de 2019<sup>6</sup>. Assim, após a coleta e eliminação de quatro reportagens repetidas, foram analisadas todas as 39 reportagens da editoria mencionada disponíveis na data da coleta de forma quantitativa e qualitativa.

A coleta foi realizada por conversão simples das páginas web para o formato pdf e os títulos, datas de publicação, autores, *tags* e *links* dos conteúdos foram listados em tabelas, a fim de facilitar o acesso e a visualização. Esses elementos oferecem a possibilidade de abordar duas características principais: a organização do corpo editorial e as estratégias de divulgação e classificação interna.

Após a coleta e sistematização em tabelas dos conteúdos publicados pela Ponte, foram pensadas as categorias que seriam utilizadas para uma análise detalhada do material. A primeira categoria diz respeito às fontes utilizadas nos conteúdos coletados. Procurou-se entender, a partir desta categoria, quem são as pessoas que contam as histórias narradas pelo jornalismo da Ponte, isto é, quais são as vozes incluídas nos conteúdos - atores sociopolíticos afetados pelas violações de direitos humanos, órgãos governamentais ou não governamentais, atores ligados a movimentos sociais etc., e também se foram utilizadas informações provenientes de documentos oficiais, leis ou estudos.

A categoria seguinte tem a ver com o tema principal abordado pelo conteúdo. Ela se faz necessária a fim de traçar um perfil dos materiais da Ponte que abordam a

---

<sup>6</sup> As análises foram feitas anteriormente à reformulação gráfica e editorial do site da Ponte Jornalismo. Na data de produção deste artigo, o site já não contava com a divisão nas editorias aqui apresentadas.

temática dos direitos humanos. Buscou-se, com isso, verificar, a partir de dados quantitativos, a quais temas o veículo dá maior prioridade, levando em consideração, entretanto, a conjuntura social, política e cultural do momento em que os materiais foram produzidos.

Além disso, foi estabelecida uma categoria com o fim de verificar quais são os gêneros jornalísticos dos materiais analisados, isto é, se é um conteúdo de caráter informativo, que abrange notícias, reportagens e entrevistas, por exemplo, de caráter opinativo ou de prestação de serviços. Delimitamos as seguintes categorias, inspiradas naquelas propostas por Marques de Melo e Assis (2016, p. 49):

- informativo: textos e conteúdos de caráter factual ou mais breves, com informações mais recentes ou em andamento;
- opinativo: conteúdos que expressam opiniões e posicionamentos de sujeitos ou do veículo;
- interpretativo: conteúdos com processo mais longo de apuração e com maior profundidade e pluralidade de enfoques;
- utilitário: materiais institucionais e de prestação de serviços.

## Resultados

Observamos uma predominância do gênero interpretativo (64,1%), que reúne materiais mais aprofundados e com maior pluralidade de abordagem. Isso indica que a Ponte apresenta um jornalismo focado no detalhamento de suas coberturas, algumas vezes preferindo realizar uma apuração mais longa em vez de priorizar a rapidez da denúncia. Isso se dá também já que, apesar de seu foco na violência, que pode ter um ritmo mais de *hard news*, o veículo também apresenta uma boa proporção de conteúdo menos factual, como produções culturais da periferia e repercussão de casos longos.

No que tange aos outros gêneros jornalísticos identificados, 23,1% são informativos, ou seja, apresentam rapidamente fatos e acontecimentos sem o aprofundamento na forma de reportagem. Em geral, são notícias de denúncia de violência, como em *Jovem gay é agredido com garrafada no pescoço em festa no litoral paulista* e *Cliente negro afirma que ao tentar alugar carro, foi vítima de racismo e perdeu viagem*. Há, também, a publicação de notas, como *STF debate criminalização da homofobia: entenda o que está em jogo*.

Os outros gêneros, por sua vez, reúnem um total de cinco conteúdos, sendo três opinativos e dois utilitários. Estão incluídos artigos de opinião, resenhas e material institucional, geralmente breve.

Em relação aos temas tratados, observamos uma priorização para aqueles relacionados a violência e justiça, que representam 71,8% do conteúdo. Também foram identificados 19 materiais que tratam de questões locais ou regionais, muitas vezes na capital paulista ou carioca. Essa relação pode ser explicada pelos recursos disponíveis para o veículo realizar suas coberturas e indica uma preocupação dos jornalistas em acompanhar um caso a longo prazo, como ocorreu nas reportagens sobre um caso de racismo na universidade Mackenzie. Essa série aborda toda a repercussão do caso, com cobertura de protestos e publicação de um artigo opinativo no site da Ponte analisando a questão.

Pautas relacionadas à cultura somam 17,9% da amostra, sendo compostas, principalmente, por divulgação de livros, mostras e eventos de arte periférica ou radical. Essa é uma frente interessante de cobertura, pois é uma forma de fortalecer o relacionamento do veículo e dos leitores com as comunidades que são retratadas, além de romper, muitas vezes, com uma narrativa mais séria, comumente associada à violência.

A subeditoria *Gênero* é composta por 11 matérias e tem duas temáticas principais: violência contra LGBTs e questões sobre mulheres. No primeiro caso, há denúncias de agressões e uma nota sobre possível mudança na legislação, o que faz com que o tema agrupe mais conteúdos informativos e breves. No caso do enfoque sobre mulheres, há denúncias de agressão e fala-se de violência, mas combina-se com matérias sobre resistência e cultura.

Seis reportagens (15,4%) abordam movimentos sociais e protestos, sendo a maioria vinculada à cobertura de manifestações contra o racismo no Mackenzie. Conteúdos sobre política englobam 20,5% do material analisado, ou seja, oito. Um deles é o artigo *Os manicômios modernos e o horror 2.0*, que trata das atualizações do Ministério da Saúde sobre políticas para a saúde mental a partir de 2019. Esse tema, que não volta a ser abordado nas reportagens, também faz parte da agenda de reformas do

governo e propõe a volta de manicômios e tratamentos com eletrochoques<sup>7</sup>, contrariando os avanços do movimento antimanicomial e das terapias psiquiátricas.

O tema política volta à pauta em informativos sobre novas leis e atos do presidente e dos ministérios, abrangendo a denúncia de suspensão da fiscalização do trabalho escravo pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (*Ministério de Damares impede investigação de tortura no CE, diz órgão*), indultos (*Indulto de Bolsonaro mantém violação de direitos dos presos, avaliam especialistas*), e denúncias de ativistas (*'Moro vai investigar os crimes contra ativistas?'*, *pergunta blogueira ameaçada*).

Foram analisadas, também, as fontes e a origem das informações utilizadas nos conteúdos da Ponte. Personagens, isto é, pessoas que têm envolvimento direto nas matérias, foram o tipo de fonte mais comum, sendo utilizada em 24 conteúdos distintos.

Este dado indica uma tendência do veículo em ouvir e dar voz a indivíduos, especialmente nos casos em que há reivindicação de seus direitos ou de justiça. Matérias como *'Fui agredida com chicote de fio elétrico pelo meu marido'* e *'Aceitem nossos currículos'*, *pedem ativistas de marcha trans* trazem, logo no título, relatos de personagens: a primeira apresenta uma entrevista da Ponte com uma mulher de 28 anos vítima de violência doméstica e, na segunda, o veículo faz uma cobertura da Caminhada pela Paz, em São Paulo, em prol da visibilidade e direitos da população trans, com diversos relatos das pessoas participantes.

Conteúdos que abordam o desenvolvimento de projetos de atores da sociedade civil também trazem personagens como fontes. É o caso da matéria *Jornalistas criam projeto sobre empreendedores do Grajaú, periferia de SP*, que relata a criação do trabalho de conclusão de curso de estudantes de jornalismo da cidade de São Paulo, que tem como tema o empreendedorismo na periferia da capital paulista.

O segundo tipo mais comum de fonte, presente em 58,9% dos conteúdos (23 matérias), são documentos oficiais e relatórios, tais como pesquisas, leis, dados estatísticos e boletins de ocorrência. Dentre esses, a maior parte das informações são oriundas de documentos públicos e leis, que aparecem, respectivamente, em 15 e 7 ocasiões distintas.

---

<sup>7</sup> BRASIL. Nota técnica nº 11/2019 - CGMAD/DAPES/SAS/MS. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Assunto: Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Brasília, 2019. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/13by1kfwEhYmJn8cOhse86bG\\_RtEDb-v8/view](https://drive.google.com/file/d/13by1kfwEhYmJn8cOhse86bG_RtEDb-v8/view). Acesso em 01 out. 2019.

Informações de outros veículos de comunicação (incluindo notas e comunicados oficiais) e de redes sociais foram utilizadas em 20 conteúdos (o que representa 51,2% do total). Os primeiros aparecem como fontes em cinco matérias, que recuperam informações de veículos como os jornais El País, Folha de S. Paulo, Extra e O Globo e o site de notícias Universa UOL. Em relação às redes sociais, destacam-se o Twitter e o Facebook. No texto *Protestos contra morte de Pedro Gonzaga fecham Extra: 'vidas negras importam'*, por exemplo, as autoras incluem tuítes de personalidades da mídia como a atriz Taís Araújo, o cantor Marcelo D2 e a chefe de cozinha e apresentadora de televisão Paola Carosella, que repercutiram a morte de jovem negro por segurança no Rio de Janeiro.

Especialistas foram utilizados oito vezes como fonte. Como exemplo, pode-se citar falas de advogados e professores. Depoimentos de representantes de órgãos públicos, mesmo que de forma indireta (como o discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro), por sua vez, apareceram em sete ocasiões distintas.

## Discussão

A partir do levantamento teórico, da contextualização sobre o veículo e da análise de conteúdo, pudemos delinear algumas considerações acerca das práticas jornalísticas da Ponte Jornalismo. A primeira delas, em relação ao seu modo de produção de conteúdo, é que o veículo não trabalha no estilo *hard news*, ou seja, com foco em notícias recentes do dia a dia.

Apesar de isso possivelmente se dar devido à limitação de recursos disponíveis e equipe pequena, essa prática pode ser benéfica por permitir coberturas mais completas e adequadas à proposta do veículo. Especialmente em casos de denúncia de violência, um jornalismo mais “lento” pode resultar em melhor apuração e mais atenção aos fatores sensíveis do conflito.

Esta afirmação se reflete na grande quantidade de material do gênero interpretativo produzido pela Ponte. Pôde ser identificado um equilíbrio entre coberturas longas, como os casos do professor preso injustamente e o de racismo no Mackenzie, e denúncias pontuais, como as agressões contra LGBTs. Isso indica uma disposição do veículo em acompanhar os casos profundamente, sem se limitar ao noticiário rápido de

violência. Mesmo no caso das denúncias pontuais, como já foi afirmado, podemos notar uma preocupação em contextualizar adequadamente o relato.

As coberturas jornalísticas realizadas pela Ponte mostram uma grande tendência do veículo em abordar temáticas a nível local. Esse fator, de certa forma, se adequa às propostas editoriais da Ponte Jornalismo, uma vez que as periferias e acontecimentos locais podem ser deixados de lado na mídia hegemônica, mesmo sendo, por vezes, os lugares com maiores problemas de segurança pública. E, por outro lado, o espaço dados a essas vozes, principalmente em temas ligados à cultura e iniciativas empreendedoras, pode ajudar a desmistificar essas localidades, muitas vezes marcadas por violências.

Infere-se, levando em consideração os seus princípios editoriais e o resultados das análises, que o veículo busca compreender as perspectivas de pessoas ou grupos em situação de vulnerabilidade, uma vez que, além de pensar em pautas que colaboram para o entendimento da violência estrutural que sofrem essas pessoas, ele as inclui como personagens e lhes dá espaço para falar. Pensando nisso, a Ponte prioriza a utilização de fontes da sociedade civil em seu conteúdo em detrimento de falas de autoridades, como representantes públicos ou especialistas.

Essa característica pode se mostrar, entretanto, como um reflexo imediato da ampla cobertura de questões locais feita pelo veículo e da falta de recurso: coberturas em localidades distantes da base em São Paulo podem ser limitadas a apuração de dados e clipping de outros veículos. O veículo opta, então, por abordar questões locais, as quais pode acompanhar com proximidade e realizar entrevistas com as pessoas afetadas.

Nos casos do uso de outros tipos de fontes, preza-se por veículos de imprensa conhecidos ou conteúdo publicado em redes sociais. Cerca de metade da amostra incorpora informações publicadas em outras mídias, o que se mostra útil na contextualização de pautas e no recebimento ou captação de informações, como ocorre em alguns casos de denúncias, nos quais o crime está documentado em conteúdos de redes sociais.

A integração desses canais, muitas vezes utilizando *hyperlinks*, reflete boas práticas de produção de conteúdo online e uma preocupação dos jornalistas em se inserir nas narrativas que ocorrem na internet. Essa forma de atuação faz sentido frente à natureza do objeto, que é totalmente online e tem poucos recursos financeiros, dependendo da visibilidade para angariar mais dinheiro e relevância.

Talvez, pensando nos estudos de Downing (2008), para uma mídia ativista, o modo de utilização das fontes da Ponte seja até mesmo desejável, de forma a não permitir o sequestro do discurso de populares por vozes de autoridades, tornando essa narrativa como a central.

As reportagens da Ponte se mostraram, também, amparadas por documentos públicos e pesquisas, uma vez que são o segundo tipo mais frequente de fontes. Pense-se que o uso de dados estatísticos, pesquisas e documentos seja de grande importância para o veículo, já que, além de por meio deles poderem ser comprovadas as informações relatadas, esse material corrobora para a consolidação de iniciativas e políticas públicas que fortaleçam os direitos humanos e, conseqüentemente, melhoria na vida daquelas pessoas que não gozam deles de maneira integral.

### **Considerações finais**

O presente estudo considerou um período curto, devido a algumas limitações da própria plataforma do conteúdo, que, após a coleta, modificou seus formatos e a navegabilidade. No entanto, as análises dos dados colhidos demonstram bem os objetivos do jornalismo praticado pela Ponte Jornalismo, que se concentram em dar voz às comunidades periféricas e realizar uma cobertura de questões urbanas a partir da perspectiva dos direitos humanos.

Na amostra analisada, a publicação pouco pende para gêneros opinativos e demonstra ser cuidadosa com a apresentação de fontes, contando, sempre que possível, com o relato direto dos repórteres.

De uma forma geral, o exemplo estudado reúne características já observadas em outros veículos de jornalismo ativista, como a forma de financiamento coletivo, a atenção a outros segmentos de militância (interseção com questões de gênero, LGBT, raça etc.) e uma crescente profissionalização, ao passo em que jornalistas encontram plataformas e meios de exercer um jornalismo mais engajado.

Espera-se, com este estudo, encorajar pesquisas e fomentar discussões sobre imprensa ativista para os direitos humanos e plataformas digitais, de forma a aprofundar pesquisas futuras.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 4a ed, 2009.

BECERRA, Miguel Díaz. Problemas en la comunicación de las organizaciones sociales que trabajan por la cultura de paz. In: CORTÉS GONZÁLEZ, Alfonso; GARCÍA LÓPEZ, Marcial (Eds.). **Comunicación y cultura de paz**. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2012, p. 69-82.

BITAR, Marina Parreira Barros. O jornalismo pós-industrial como experiência da Ponte. In: **Congresso Brasileiro de Ciências Da Comunicação**, 39., 2016, São Paulo. Anais do XXXIX Intercom. 2016.

BONA, Nívea Canalli; CARVALHO, Guilherme Gonçalves. Jornalismo Alternativo: conceito atual, ambiência digital e a busca da cidadania comunicativa. In: **II Seminário de jornalismo e cidadania na hipermídia**. Ponta Grossa. Out. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. 2019a. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm). Acesso em 25 set. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 1864, de 2019**. Estabelece medidas contra a corrupção e o crime organizado. 2019b. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7935297&ts=1567534510565&disposition=inline>. Acesso em 25 set. 2019.

BREINER, James. Publishers pivot toward users and credibility, away from digital advertising. Blog pessoal: **New Entrepreneurs**, 27 maio 2018. Disponível em: <http://newsentrepreneurs.blogspot.com/2018/05/publishers-pivot-toward-users-and.html>. Acesso em 4 set. 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

DOWNING, John. **Mídia Radical**: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

DOWNING, John. Uncommunicative Partners: social movement media analysis and radical educators. In: **4ª Conferência Brasileira de Mídia Cidadã**, 16-18 out. 2008.

GELEDÉS. A Ponte: Jornalistas lançam canal online sobre Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos. In: **Geledés**, site: 17 jun. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ponte-jornalistas-lancam-canal-online-sobre-seguranca-publica-justica-e-direitos-humanos/>. Acesso em 01 out 2019.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, São Paulo: Editora 34, 1999.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Ática, 2. ed., 1989.
- MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. In: **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan-abr. 2016.
- MATTELART, Armand. A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos. In: **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 32, n. 1, p. 33-50, 2009.
- NOS ALDÁS, Eloísa. La filosofía para la paz en diálogo con la comunicación y los discursos públicos. In: COMINS MINGOL, Irene; PARÍS ALBERT, Sonia. (Eds.). **Investigación para la paz: estudios filosóficos**. Barcelona: Icaria, 2010. p. 129-144.
- NOS ALDÁS, Eloísa; SEGUÍ-COSME, Salvador; RIVAS MACHOTA, Ana María. **Comunicación y construcción de paz**. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.
- PONTE JORNALISMO. Sobre. **Ponte Jornalismo**, site: 14 fev. 2019. Disponível em: <https://ponte.org/>. Acesso em 14 fev. 2019.
- POSSEBON, Alecssandra. Comunicação Alternativa: uma reflexão sobre o jornalismo para além da grande mídia. In: **AlterJor**, v. 2, n. 4, jul-dez. 2011.
- PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. **Mídia ativista: a comunicação dos movimentos por justiça global na internet**. 2006, 207 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis.
- RADDATZ, Vera Lucia Spacil; NASI, Lara. Jornalismo como campo mediador dos direitos humanos. In: **Comunicação & Sociedade**, v. 39, n. 2, p. 79-102, 2017.
- RAMOS, Daniela Osvald; SPINELLI, Egle Muller. Iniciativas de Jornalismo Independente no Brasil e Argentina. In: **Extraprensa**, ano 9, n. 17, jul-dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/epx17-a09/107438>. Acesso em 19 fev. 2019.
- REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2019: a mecânica do medo**. 2019. Disponível em <https://rsf.org/pt/ranking-mundial-da-liberdade-de-imprensa-2019-mecanica-do-medo>. Acesso em 25 set. 2019.
- SILVA, Hilbert Reis. **Ponte Jornalismo e as representações das violências: práticas discursivas e contra-hegemonia**. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca.